

O lá e o cá na família: histórias da imigração francesa em São Paulo

Vanessa dos Santos Bodstein Bivar* - PPG-USP

A segunda metade do século XIX anuncia, com a opulência cafeeira, o intenso estabelecimento de estrangeiros na região da capital da Província de São Paulo. Dentre estes - e a despeito de não chamarem a atenção da historiografia da imigração em decorrência de seu pequeno quantitativo – os franceses tomaram importante papel. No que tange ao comércio, em especial, mesclavam-se entre a população local e aos demais imigrantes, de modo a acentuar ainda mais a propagação do ideário cultural francês, que pouco a pouco espriava-se nos mais diversos âmbitos da São Paulo de outrora.

São indivíduos - pois trata-se de uma imigração de cunho individual - padeiros, modistas, cozinheiros, cabeleireiros, ourives, alfaiates, costureiros, empreendedores dos ramos de hotéis e restaurantes, além de outros imigrantes que encontravam-se longe do *glamour* tradicionalmente imputado aos franceses. E nesse sentido estão os porqueiros que vendiam carne pelas ruas, pintores, pedreiros, ferreiros, mecânicos e aqueles que vagavam pelas moradas de outrem pedindo trabalho.

Esta comunicação tem por proposta nuançar o âmbito familiar dos imigrantes franceses que tiveram como uma das vias de seu destino a imperial cidade de São Paulo, ali trilhando suas trajetórias de vida no decorrer da segunda metade do oitocentismo – até o momento em que é findo o Império –, baliza temporal esta que abarca desde um tímido, porém mais constante movimento imigratório até seu apogeu com o “boom” da chamada imigração de massas.

* Mestranda em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Esta comunicação faz parte da dissertação de mestrado em andamento intitulada *Habiter à St. Paul*: o cotidiano dos franceses na São Paulo oitocentista, a qual conta com o fomento do CNPq.

Assim, a família está em foco e é visualizada através dos liames entre a terra natal e as vivências na região receptora – o lá e o cá. Examina-se também a emigração – havia emigração familiar? -; quais contatos existiam com os membros deixados na França; como agiam e de que estratégias se utilizavam; qual o papel do cônsul francês em suas vidas; as questões do retorno e da dissolução da família; e as pendengas judiciais entre Brasil e França com relação à herança dos imigrantes franceses.

Para tanto, são visualizadas histórias de vida existentes nos entremeios documentais de inventários, testamentos e registros de escritura.

Delineando o contexto: os franceses no Brasil

A presença e influência francesa no Brasil, mesmo que esparsa e indiretamente, já consubstanciava-se desde a colonização¹ por intermédio de Portugal ou no seio do próprio território com as incursões de cientistas, viajantes, contrabandistas e missionários que deixaram dentre as marcas iniciais a escrita de obras com impressões acerca do Brasil, as quais indicam, no pensar de Gilberto Freyre, “*que a presença, em nosso país, de seus autores, correspondeu uma ação de influencia de ideias, estilos e maneiras francesas trazidas por elles*”². Logo, no campo das idéias a penetração cultural era patente e seguiu-se no correr dos séculos através de livros e membros da elite que optavam por estudar na França. No entanto, tal penetração que assim fazia-se sentir mais nos contornos da literatura, a partir do século XIX passou a delinear-se de maneira paulatina na vida cotidiana, com a crescente presença de franceses que cruzavam o Atlântico para estabelecerem-se no Brasil.

Inaugurado o século XIX, o panorama europeu enovelava-se à França sob os auspícios de Napoleão. Em 1808, com abertura dos portos na Colônia, fator que

¹ Há um leque de trabalhos que remetendo-se ao período colonial cuidam dessa questão, a qual, porém, não deixa de ser lembrada em análises cujo fulcro é o século XIX. Nesse sentido ver entre outros: FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940 e VIOTTI, Emília da Costa. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, 142-143, 2000.

² FREYRE (1940), p. 33.

tornou possível e mais constante a presença de estrangeiros, era vetada a entrada de franceses. Foi somente em 1814, findas as guerras napoleônicas e com as relações retomadas entre Brasil e França, que uma série de personagens, incógnitos ou não, passaram a afluir principalmente para as zonas que apresentavam maiores possibilidades de sobrevivência e ascensão econômica. Nesse sentido, durante a primeira metade do século, as cidades eleitas foram o Rio de Janeiro³, Salvador e Recife, que então acabaram por receber engenheiros, artesãos, artistas e comerciantes – franceses atraídos pela opulência e pelo leque de inserções que essas localidades exalavam.

Por outro lado, pela mesma época, São Paulo, a despeito de estar longe de ser a soturna e pacata cidade⁴ apregoada nas descrições de alguns viajantes e memorialistas, guardava ainda lugar de modesto destaque nos quadros da economia, incitando, desta forma, esparsos e miúdos contingentes imigratórios. Esta tela, entretanto, não excluía a lenta penetração de hábitos europeus nas famílias aristocráticas que utilizavam-se especialmente do já assentado comércio da Corte de luxos e miudezas ao gosto francês, por no seu entorno haver somente um ou outro cidadão provindo da França que oferecia seus “prestimosos” serviços.

De qualquer maneira, é a São Paulo a partir da década de 50 do oitocentos aquela que verte-se em palco de transição – onde o velho interage com a inserção do novo – e de transformações de naturezas diversas que mudaram seu panorama, ao pintar diferentes cores econômicas, urbanas e sociais. É essa cidade que tornou-se atrativa aos franceses que ora lançamos luzes. São nos seus almanaques e jornais que pululam nomes de franceses, são em suas ruas principais que alocam-se números consubstanciais de casas comerciais cujos negociantes são esses

³ Sobre os primeiros imigrantes franceses no Rio de Janeiro ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Fazer a América : franceses no Brasil (1815-1822)*. Separata da *Revista de Ciências Históricas*, nº X. Universidade Portucalense, 1995.

⁴ Acerca dessa “quebra de visão” da São Paulo colonial e dos primeiros anos do Império como monótona e reclusa ver BLAJ, Ilana. *Trama das tensões: o processo de mercantilização da São Paulo colonial, 1681-1721*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1995 e MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Economia, cultura e sociedade em São Paulo (1808-1850)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1997

personagens introdutores de novos gostos, elementos importantes em meio ao manancial que imprimia à capital ares peculiares de dinamismo.

As histórias de família

Um bom começo para as considerações a seguir aferidas é o ato emigratório. Em geral, nota-se que não partiam famílias inteiras da França. Por lá deixavam-se pais, irmãos, sobrinhos, cônjuges e filhos, mencionados por ocasião da herança ou em testamento. São raros os casos em que cônjuges e filhos partiam juntos.

A francesa Rosalia Boudrot, sem qualquer família no Brasil e dona de um estabelecimento chamado Hotel de Pariz, em 1882 já doente declarou que em Liverdy, no Departamento de Sena, lugar onde nasceu, tem irmãos e sobrinhos vivos⁵.

Elucidativo também é o caso de Eugenio Bolidair que em 1891 acentua ter:

“[...] deixado minha mulher Alexandrine Monton e meu filho Calixto; que desde mil oitocentos e sessenta deixei de receber notícias de qualquer delles, até que em mil oitocentos e sessenta e três, tive cartas informando que a referida minha mulher, tendo com meu filho ido para Paris, alli falleceram da epidemia de variola um e outro [...] há cerca de três annos eu soube que meu filho Calixto estava vivo e mais tarde soube também que vivia Alexandrine Monton, a qual me considerava ou me fazia passar por morto, assignando-se viuva Bondan”⁶.

Essa trajetória tem por fator a saída da terra natal deixando cônjuge e filhos, além de indicar que os contatos com a família de lá poderiam ser esparsos e tênues, vinculados ainda ao achar ou a “*ultima noticia que tive*”. Não obstante esses liames com a região de origem serem dificultados pela distância, a questão é que eles existiam. São traços típicos de imigrantes, de vivências que mesmo do outro lado do Atlântico não se apagavam.

Nessas histórias outros dados igualmente instigam o historiador. Eugenio Bolidair, certo ou não de que sua primeira esposa estava morta na França, contraiu novas núpcias com uma estrangeira. E no inventário é deixado claro que a maior parte

⁵ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Rosalia Boudrot. nº do processo: 869. 3º Ofício da Família, 1882.

⁶ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Eugenio Mauricio Bondan Bolidair. nº do processo: 507. 3º Ofício da Família, 1891.

das construções do terreno existente na rua Piratininga (freguesia do Braz) onde moravam foi erigida com dinheiro dela, assim como a maior parte dos móveis da casa.

Eis aí o ponto: família na França e formação de nova família no Brasil. Casado em segundas núpcias ou amasiado, era patente que sua companheira em São Paulo estava sendo protegida para ficar com um quinhão da herança ou realmente, às suas expensas, ajudou ao dito francês na composição dos bens.

Em terras longínquas é uma possibilidade omitir o estado conjugal - revelado, por exemplo, por ocasião do inventário ou testamento – e enveredar a novas uniões. Diante do crivo da sociedade talvez houvesse algumas suspeitas, mas nada que de concreto pudesse ser apontado até a convalescença ou o falecimento. Até mesmo porque os entraves em se obter documentação comprobatória na terra natal, dadas a distância, os custos e o tempo que isso levaria, proporcionavam quando do casamento perante a Igreja um processo mais célere dos trâmites. Procedia-se somente à convocação de testemunhas que com sua palavra atestavam o estado de solteiro dos nubentes - daí o ambiente propício para os enganos e omissões.

Voltando à abordagem sobre emigração familiar, o tipo mais recorrente é o de irmãos. Ao que parece irmão atraía irmão. Celestino e Camilo Bourroul, o primeiro com loja de fazendas e o segundo com botica, estabeleceram-se em São Paulo⁷. Constituindo família nesta cidade também estavam os irmãos e negociantes Luis Gerard, Marcelino Gerard e Thereza Gerard - esta depois casou-se com Luis Supplyc, conceituado ourives francês e morador de São Paulo, o que aliás denota casamento entre patrícios, franceses proeminentes na região⁸.

Ter algum membro da família em São Paulo, como por exemplo um irmão, era elemento que poderia fortalecer a decisão de emigrar, ocasionando maior segurança e ao mesmo tempo reforçando laços de ajuda mútua. É o que ocorreu com João Emilio

⁷ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Celestino Bourroul. nº do processo: 365. 3º Ofício da Família, 1874.

⁸ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Luis Supplyc. nº do processo: 1975. 1º Ofício da Família, 1865.

Chaumetti que, separado da mulher foi morar na casa do irmão, tendo com ele também bens em comum⁹. Por outro lado, isso não significa que os destinos tivessem que ser os mesmos. Enquanto Pedro Imbert dedicava-se ao Hotel dos Viajantes nesta cidade, Matheus Imbert foi negociar na Corte. Por ocasião da morte de Pedro e com mãe viva na França esta passou procuração a Matheus para que recolhesse os bens em seu nome¹⁰.

Aliás, era por intermédio das relações consulares, que pareciam ser bem eficazes, que essas questões de herança transitavam entre o lá e o cá, com leis específicas que atestavam questões entre França e Brasil no que se refere a franceses viventes aqui.

Sucessão e nacionalidade são pontos inter-relacionados, pois refletem fatores econômicos e de transferência de pecúlio. Desde 1826 os franceses haviam assinado um tratado com o Brasil, firmando o direito de que seus cônsules pudessem cuidar do espólio dos imigrantes que morressem no Império¹¹ - de modo especial daqueles que falecessem sem herdeiros, com a finalidade de que a arrecadação fosse captada pelo governo francês e não pelo brasileiro. Continuando esses conflitos relacionados à herança, ainda em meados do século XIX tinham lugar as pendengas judiciais entre Brasil e França vinculadas às mesmas exigências, só que direcionadas aos filhos de franceses nascidos no Brasil¹².

De toda forma, partir só era outra vertente do emigrar e nesse sentido pode-se perceber quais estratégias de sobrevivência eram aplicadas na São Paulo oitocentista. É plausível que ao chegar em terra desconhecida logo procurassem conterrâneos, até mesmo pelas dificuldades com a língua. Redes de sociabilidade então eram formadas e *post-mortem* elas também apareciam.

⁹ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de João Emílio Chaumetti. nº do processo: 694. 4º Ofício da Família, 1898.

¹⁰ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Pedro Imbert. nº do processo: 765. 3º Ofício da Família, 1860.

¹¹ NAZZARI, Muriel. A viúva como obstáculo dos negócios : objeções britânicas às leis brasileiras sobre casamento e herança. *Revista População e Família*, 3, 2000.

¹² MIALHE, Jorge Luís. *Cidadãos de dois mundos* – imigração francesa e dupla nacionalidade na região de Piracicaba: aspectos histórico-jurídicos. Tese de doutorado. FFLCH/USP, 1997.

Jacques Gil la Tour vivia sozinho. Não era casado e nem tinha filho algum. Neste caso, a sociabilidade presente, em muito recorrente na São Paulo imperial, era o compadrio. Deixou como universal herdeira a sua afilhada Amélia, filha do compadre francês, já falecido, Miguel Mugnanis¹³. Entretanto, seria um engano pensar que as relações de compadrio davam-se somente entre franceses. De fato sua presença é quesito marcante, porém não utilizado em uma intensidade ímpar com todos os filhos. Uns eram batizados por franceses, outros por portugueses ou brasileiros¹⁴, o que denota integração local, além de boa estratégia de sobrevivência dado o tipo de relação moral, econômica e social que se formava.

Após ter chegado em São Paulo, Cyrillo Puchen contraiu núpcias com uma brasileira. Tempos depois ela faleceu e o casal não tivera filhos. Viúvo e sem familiares, a herança ficou para

“Fabien Elichal e sua mulher Ettiancte Elichal, de nacionalidade franceza, residentes nesta Capital, em atenção aos muitos favores que lhes devo, pois tem sido elles que me tem prestado todo o auxilio e desvelo na minha enfermidade”¹⁵.

Eis aí outro tipo de sociabilidade – a amizade - que fazia parte dos meandros de vida, vertendo-se em situação econômica com valores agregados à herança.

Aliás, as uniões legítimas ou não, indicam dois lados da mesma moeda. Dos inventariados casados, metade uniu-se a brasileiros ou portugueses e a outra metade a franceses (maioria) ou estrangeiros – estes últimos suíços, alemães ou italianos. É provável que cada união tivesse pontos próprios de interesse, sejam eles de sociabilidade; de fundo econômico para manutenção ou aumento dos bens; conjugação de negócios; ou ainda por questões culturais.

¹³ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Jacques Gil la Tour. nº do processo: 629. 3º Ofício da Família, 1856.

¹⁴ Faz-se a indicação de que de modo algum quer-se igualar ou confundir portugueses com brasileiros ou vice-versa. As especialidades de cada nacionalidade são preementes. Nesta comunicação são mencionados desta forma (brasileiros ou portugueses) porque os sobrenomes revelam assim. Logo, por vezes a naturalidade/ nacionalidade do cônjuge não é colocada – daí a dúvida: o sobrenome indica de ser brasileiro(a) ou português(a)?

¹⁵ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Cyrillo Puchen. nº do processo: 427. 3º Ofício da Família, 1888.

Se enraizar-se é uma vertente, os inventários e testamentos também deixam marcas sobre o retorno. D. Margarida Majejan assoberbada com as dívidas deixadas pelo marido em 1895, assim se coloca:

“que tendo os seus filhos menores uma diminuta herança que lhes coube pelo falecimento de seu marido Valoe Majejan, e como a suplicante esteja sumamente pobre, sem meios de subsistência querendo retirar-se para a França, onde tem seus pais que lhe podem auxiliar, principalmente na educação dos menores, na qualidade de mãe, tutora e no exercício do pátrio poder [...] pede digne-se Vossa Excelência mandar entregar-lhe o dinheiro pertencente aos menores, que pelo menos servirá para o pagamento das passagens”¹⁶.

Já a filha de Augusto Certain era casada com outro francês e com ele tivera dois filhos. O caso foi que ela faleceu antes do pai. Por isso, após sua morte, no inventário de Certain há a menção da morte dela e do marido que retornou a França, salientando ainda o inventariante, *“não sei se ele voltará ao Brasil”*. Os netos, todavia, permaneceram em sua casa¹⁷.

Nesta passagem observa-se para além do retorno, a dissolução física da família. Pai na França, filhos no Brasil. E assim também acontecia com os franceses mesmo que dentro do próprio Império. É constante o fator dos filhos, por ocasião da morte dos pais, aparecerem nos inventários como morando em outras regiões, principalmente no Rio de Janeiro – talvez em busca de outras possibilidades econômicas.

Ademais, outra história do dito Certain, unida às peças dos demais documentos, ainda elucida não só a trajetória do indivíduo em seu cotidiano, como o papel do cônsul na vida desses imigrantes. Por morte de sua filha, conforme se depreende do inventário do próprio Certain¹⁸, pedia a guarda de seus netos. Momento fulcral no âmbito familiar, a escritura se deu na casa de João Maria Berthet, então vice-cônsul da França em São Paulo. E esse é só um dos vários casos que denotam o quanto o cônsul também vivenciava o dia-a-dia dos franceses moradores da capital,

¹⁶ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Valoe Majejan. nº do processo: 842. 2º Ofício da Família, 1895.

¹⁷ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Inventário de Augusto Certain. nº do processo: 1098. 3º Ofício da Família, 1860.

¹⁸ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Inventário de Augusto Certain. nº processo: 1098. 3º Ofício da Família.

intermediando relações, dissolvendo contendas, sendo o elo de ligação com franceses viventes em outras províncias e mesmo na França. Além é claro, dele com a sua própria pessoa ser elemento de sociabilidade e de relações econômicas, tais como envolvimento em dívidas e compra e venda de bens.

Ainda no que concerne ao circuito familiar, o perfil dos negócios revela a ingerência das esposas e de outros membros que tomavam a sua frente. Adolphe Fretin confiava plenamente na francesa Amélie, atuante durante sua vida e após a sua morte. Em 1869, Fretin reconhecia nela “*todas as qualidades exigidas pelas leis do commercio para poder commerciar em seu próprio nome sem dependencia delle outorgante*”¹⁹. Se em 1873 Adolphe Fretin comprou o Hotel de Itália, transformando-o no *Grand Hotel de France*, era Amélia que, com as viagens e depois a doença de Fretin, o dirigia. Continuando a saga familiar, seu filho Louis, após um período de estudos na França, retornou ao Brasil e em 1895 fundou a famosa Casa Fretin.

Trata-se então de um conjunto de peças unitárias que aos poucos vão se encadeando e formando um quebra cabeça analítico, o qual reverbera as imagens de família e envolvimento sócio-econômico dos franceses que tiveram como morada a cidade de São Paulo na segunda metade do XIX.

¹⁹ DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Autorização para comerciar. Livro n 59, fl. 106, 106v, 1869.